



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE SETEMBRO DE 2019 - MANDATO 2017 - 2021

--- Aos vinte e sete dias do mês de Setembro de dois mil e dezanove, reuniu em Sessão Ordinária no Auditório do Edifício dos Paços do Município, a Assembleia Municipal de Alpiarça, cuja mesa foi composta pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, Fernando Louro, que foi secretariado pela 1.ª Secretária senhora Liliana dos Santos Carapinha e pela 2.ª Secretária senhora Fernanda Garnel. -----

--- **Verificou-se a presença dos seguintes Deputados Municipais:**-----

- 1. Liliana dos Santos Carapinha (CDU). -----
- 2. Fernanda Maria Fragoso Garnel (CDU). -----
- 3. Júlio Manuel Fernandes Pratas (CDU). -----
- 4. João Pedro Antunes Osório (CDU). -----
- 5. Anabela Feliciano da Costa (CDU).-----
- 6. Celestino Tomaz Pereira Brasileiro (CDU).-----
- 7. Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo (CDU). -----
- 8. Joaquim Luís Rosa do Céu (PS). -----
- 9. Maria Graciete Agostinho da Costa Pereira de Brito (PS). -----
- 10. Abel Ferreira Melro Pedro (PS).-----
- 11. Maria Filomena Lopes Rúbio (PS). -----
- 12. Rodolfo Manuel Machacaz Colhe (PS). -----
- 13. Armindo Pinto Batata (MUDA). -----

--- **Verificou-se, igualmente, a presença dos seguintes elementos do Executivo Municipal:** -----

- 1. Presidente Mário Fernando Atracado Pereira.-----
- 2. Vereador Carlos Jorge Duarte Pereira.-----
- 3. Vereador João Pedro Costa Arraiolos. -----
- 4. Vereadora Sónia Isabel Sanfona Cruz Mendes. -----
- 5. Vereador António da Conceição Moreira.-----

--- **A Ordem do Dia foi a seguinte:** -----

--- **Ponto 1 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. Para conhecimento.** -----

--- **Ponto 2 - Apreciação e votação da Proposta de Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de**

Água. Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta. -----

--- Ponto 3 - Apreciação e votação da Proposta de Regulamento do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas. Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta. -----

--- Ponto 4 - Apreciação e votação da Proposta - Modificação ao Orçamento/revisão N.º 2 - Modificação às G.O.P./Revisão N.º 2 - Ano de 2019. Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta. -----

--- Ponto 5 - Apreciação e votação da Proposta - 2ª Alteração ao Mapa de Pessoal do Ano de 2019. Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta. -----

--- Ponto 6 - Apreciação e votação da Proposta Referente ao Projeto de Revisão Extraordinária Intercalar da Trajetória Tarifária do Contrato de Gestão Delegada Outorgado pela RESIURB e pela Ecolizéria e ao Procedimento de Autorização de Despesa e de Compromisso Plurianual. Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta. -----

--- Ponto 7 - Eleição de um representante da Assembleia Municipal na CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Município de Alpiarça. Para Deliberação. -----

--- Ponto 8 - Apreciação e votação da afetação ao domínio público de uma parcela de terreno com a área de 350 m2, sita na Rua Eng.º Francisco António Vasconcelos Casqueiro - Casalinho – Alpiarça, (inscrito na matriz predial rústica sob o n.º 76, secção 34 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Alpiarça sob a descrição n.º 8182/20101222), para execução de um Parque de Estacionamento Público. Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta. -----

--- Ponto 9 - Apreciação e votação da Proposta de Rejeição das Competências Transferidas pelo Decreto - Lei n.º 116/2019 de 21 de Agosto. Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta. -----

--- Ponto 10 - Apresentação, discussão e votação das Propostas de Atas da Assembleia Municipal de Alpiarça realizadas nos dias 13/09/2018, 23/11/2018, 21/12/2018, 28/01/2019, 28/02/2019. Para Deliberação. -----

--- Ponto 11 - Apresentação, discussão e votação de Recomendações, Moções e Votos, conforme disposto no n.º 2 do Artigo 20.º do Regimento. Para Deliberação. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal de Alpiarça deu início aos trabalhos eram 20h58m. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, da Bancada do Partido Socialista, estavam ausentes o senhor Deputado Municipal Carlos Marques e as senhoras Deputadas Municipais Ana Céu e Ana Marques, sendo uma delas substituído pelo senhor Deputado Municipal Rodolfo Colhe.-----

--- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

--- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou se da parte do público alguém se pretendia inscrever para intervir e não tendo havido inscrições, deu início ao período antes da ordem do dia, conferindo as respetivas inscrições para o mesmo e dando a palavra aos membros inscritos. -----

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Rodolfo Colhe, dizendo que queria em primeiro lugar dar os

parabéns à Câmara Municipal, por ter aceitado a sugestão dada por si na Assembleia Municipal, relativamente aos plásticos utilizados nas grandes festividades, pois tinha sido com grande agrado que tinha visto copos reutilizáveis na Feira Alpiagra. Continuou, referindo que apesar disso, ainda havia muito a fazer e ultimamente tinha-se assistido a um cenário desagradável, no que tocava aos lixos diferenciados, que não estavam a ser recolhidos com a regularidade devida pela Ecolezíria, e até julgava que por esse motivo, a própria Câmara Municipal tinha recolhido alguns desses resíduos diferenciados, nomeadamente, os plásticos acumulados junto aos contentores e julgava que assim os mesmos não iam para o destino devido.-

--- Em relação à recolha dos resíduos indiferenciados, referiu que tinha recebido indicação de algumas pessoas que tinha voltado a haver uma grande dificuldade na recolha dos mesmos, pelo que gostava de saber qual era o ponto da situação. Por fim, questionou se naquele momento a Câmara Municipal tinha algum um conjunto de atividades dirigidas à população jovem de Alpiarça, atividades que fizessem os jovens de Alpiarça permanecerem no Concelho e sentirem gosto em viver em Alpiarça.-----

--- Foi dada a palavra à senhora Deputada Municipal Anabela Costa, que congratulou a Câmara Municipal pela iniciativa da Alpiagra naquele ano, pois mais uma vez, tinha sido uma iniciativa bem organizada, com boa divulgação, com um cartaz diferenciado, e diferenciador em relação aos dos concelhos limítrofes, e congratulou também a Autarquia pela iniciativa do reconhecimento dado a várias empresas do Concelho, pelo investimento e pelas boas práticas agrícolas em prol do desenvolvimento, que eram uma mais valia para

Concelho.-----

--- Tomou a palavra a senhora Deputada Municipal Graciete Brito, referindo que tinha algumas questões que gostava de ver esclarecidas, sendo que a primeira se prendia com as obras do Mercado Municipal, porque gostava de saber quando é que estava previsto que a obra terminasse e quando é que o espaço poderia entrar em funcionamento de novo. Disse que outra questão tinha a ver com uma situação que a desagradava, porque não dava uma boa imagem a Alpiarça, que era a existência dos cartazes publicitários que estavam nas entradas e saídas da Vila, que se encontravam completamente apagados e por isso, mais valia não estarem lá, serem retirados. -----

--- Salientou em relação à obra que estava a ser feita para o supermercado “Continente – Bom dia”, que não tinha sido dado conhecimento à Assembleia Municipal sobre o licenciamento da mesma, e por isso gostava de saber quando é que a obra tinha sido licenciada e em que termos tinha sido licenciada, pois tinha conhecimento que em algumas situações, quando aquela cadeia fazia uma obra com alguma dimensão, normalmente haviam contrapartidas para a localidade, pelo que gostava de saber se tinham sido negociadas algumas contrapartidas, ou se simplesmente tinha sido autorizada a construção sem qualquer negociação. Reportou-se a outra questão preocupante, que se prendia com a existência de alguns atos de vandalismo, e questionou se Câmara Municipal estava sensível à situação, se estava a par, se estava a tentar perceber como é que os mesmos tinham acontecido, nomeadamente, o furto de alguns sinais de trânsito, bem como a morte de peixes no paúl, que era atos desagradáveis. -----

--- Solicitou a palavra o senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro, para destacar a realização do X

Festival do Melão, tal como da Alpiagra, que era um evento que tinha vindo sempre a crescer, quer em número de expositores, quer em visitantes e julgava que isso era muito bom, pelo que não podia deixar de endereçar os parabéns ao Município, à Câmara Municipal pela realização de tais iniciativas. Disse que atualmente, ao contrário do que acontecia havia alguns anos atrás, as pessoas de todos os pontos do país já procuravam Alpiarça para vir comprar melão, e não apenas durante o Festival, que tinha tido naquele ano muito mais expositores do que em anos anteriores, e iniciativas muito viradas para pessoas de fora do Concelho. -----

--- Destacou a realização da caminhada pelos meloais, que tinha sido bastante participada e tinha tido a particularidade de permitir às pessoas conhecer o meloal e provar o melão no meloal, para além também do passeio a cavalo, que se tinha feito também pelos meloais, pois julgava que com aquele tipo de iniciativas as pessoas ficavam cada vez mais ligadas a Alpiarça e ao melão, sendo que era um fator importante colocar-se Alpiarça como a terra do melão. Depois, e ainda em relação ao Festival do Melão, explicou que no ano anterior tinham feito um programa de televisão durante o evento, o que atraía sempre muitas pessoas, mas naquele ano não tinha havido o programa de televisão, mas julgava que isso nem se tinha notado muito, porque mesmo sem televisão o Festival tinha tido muitos visitantes, o que tinha sido excelente, sendo que também não podia deixar de destacar a realização do FestFado, durante o Festival do Melão, pois era uma forma de cultura que estava ligada a Alpiarça e tinha sido muito bem aproveitada no âmbito do evento.-----

--- O senhor Deputado Municipal Armindo Batata deu início à sua intervenção, referindo que gostava de deixar ali uma referência à greve do ambiente ou do clima, que tinha abraçado todo o mundo e como tal, julgava que não era despropositado naquela Assembleia referenciar tal acontecimento, pela importância que tinha e sobretudo por ser um movimento de jovens, o que criava algum otimismo em relação ao futuro, mas que infelizmente parecia ter ultrapassado as organizações políticas, não só em Portugal como numa boa parte do mundo. Em relação a casos concretos e objetivos de Alpiarça, solicitou informações sobre os valores, sobre os custos da Alpiagra, pois tanto quanto sabia tinham sido pagos 57 mil euros a uma empresa de animação e 28 mil euros a uma empresa de comunicação, de acordo com o que estava publicados no portal Base, pelo que gostaria de saber quais os custos totais, incluindo horas do pessoal da Câmara Municipal e outros serviços contratados a terceiros. -----

--- Questionou, igualmente, sobre as eventuais contrapartidas dadas a Alpiarça, pela empresa que estava a construir o supermercado, pois também julgava que era hábito aquela empresa negociar, ou a Câmara Municipal negociar contrapartidas com aquelas empresas, porque ia criar-se ali algum movimento naquela zona, iam surgir problemas de tráfego, e em seu entender era necessário obter contrapartidas, pois tanto quanto sabia noutras localidades tinham sido conseguidos acessos, rotundas e outros benefícios em troca do licenciamento de instalações daquela envergadura. Continuou, dizendo que na noite anterior se tinha apercebido que a Vala, mais uma vez exalava um cheiro pestilento, e por isso tinha feito a competente denúncia junto do SEPNA, sendo que gostava de dar conhecimento à Assembleia Municipal de que aquilo estava a ser mal tratado continuamente, estando a aguardar informação do SEPNA e assim que obtivesse

essa informação, e se valesse a pena iria transmiti-la à Câmara Municipal. -----

--- Em relação à questão dos lixos, informou que tinha visto uma requisição de aluguer duma viatura de recolha e serviço de resíduos urbanos, no valor de 3.800 euros, e por isso gostava de saber a que período temporal o serviço se reportava, se era mensal, semanal ou anual. -----

--- O senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu pediu a palavra, começando por abordar uma questão relativa ao Mercado Municipal, e explicando que na Assembleia Municipal realizada em janeiro daquele ano, tinha questionado o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre se podia informar em pormenor, qual seria a futura utilização do Mercado Municipal, que constava no projeto e tinha-lhe sido respondido que não estava ali o projeto presente, mas que depois o mesmo podia ser apresentado numa outra Assembleia Municipal, por isso e atendendo a que estavam em setembro, perguntava se já era possível apresentar em pormenor o que ia constar na utilização do Mercado. No que respeitava aos resíduos sólidos urbanos, disse que a situação de facto começava a ficar complicada, porque o lixo estava a ser recolhido normalmente, pegando nos contentores e colocando-os no carro de transporte, mas o que acontecia por vezes era que os contentores ficavam muito cheios, ficavam sobrelotados e depois havia plásticos e resíduos que caíam nas imediações, e ali ficavam largos meses, sendo que diariamente ou de dois em dois dias o carro passava lá, recolhia os contentores, mas o restante lixo permanecia caído no chão, pelo que julgava que eram necessárias atitudes pedagógicas em termos ambientais, por parte das instituições, pois quando não havia o cuidado de deixar limpo o espaço público, pedagogicamente isso não auxiliava rigorosamente nada e só contribuía para a adoção de hábitos nefastos pela população, que não respeitava o que era de todos, como era o caso das beatas dos cigarros. -----

--- Frisou que, no seu entender, quando se circulava num arruamento limpo, onde não havia beatas, os fumadores teriam tendência em não atirar as beatas para o chão e se no local onde se colocavam os resíduos sólidos urbanos, o espaço envolvente estivesse limpo, de certeza que as pessoas não teriam a tendência de o sujar e respeitariam essa imagem, mas se porventura acontecesse o contrário, as pessoas tenderiam a continuar com os seus hábitos mais negativos, e por isso julgava que se podia pedir algum cuidado aos funcionários envolvidos na recolha, e sensibilizá-los para a ideia de que o espaço público devia ser mantido limpo e em condições de ser usado por todos, bem como que o ato de recolha do lixo, não era só um ato de recolher um contentor e despejá-lo no carro de transporte. Por fim, pediu ao senhor Presidente da Câmara Municipal que o informasse, no âmbito do Regulamento Jurídico de Urbanização e Edificação, qual era o tempo de resposta que a Câmara Municipal devia respeitar em relação a um pedido prévio, relativamente a uma alteração de utilização. -----

--- Na sua intervenção, o senhor Deputado Municipal Júlio Pratas disse que em primeiro lugar queria saudar os milhões de manifestantes, que por todo o mundo se tinham manifestado em relação às questões ambientais, e deixar ali a sua esperança na juventude, que com mais ou menos consciência sobre o problema, se manifestava acerca daquelas questões. A propósito do lixo, deu um exemplo relativo ao estabelecimento comercial de venda de peixe congelado, explicando que quando o mesmo era abastecido por um camião, o depósito de papelão que se encontrava nas imediações ficava imediatamente cheio e por

consequente, não havia hipóteses de pôr mais papelão no mesmo, sob pena de se entupir aquele depósito.--
---Referiu que concordava com a questão da pedagogia, por parte da Autarquia acerca dos lixos, embora achasse que todos tinham o dever cívico de fazer essa pedagogia e não falar de situações que eram impossíveis de resolver, como limpar minuciosamente todas as ruas e todas as vias de Alpiarça, sendo que que no seu entender a maior parte delas até estavam limpas. De seguida, saudou o executivo camarário pelo seu trabalho em prol de Alpiarça, ao fim de dois anos de mandato exercido com as limitações que todos conheciam, que eram de ordem vária e resultavam dos problemas herdados, sendo que debaixo de críticas recorrentes, algumas manifestamente exageradas, outras falsas e com exigência de muitos argumentos, o executivo tinha feito frente a discursos catastróficos, em alternativa a ideias úteis que se pudessem aplicar. -----

--- Frisou que as críticas, as chamadas de atenção para problemas vários eram absolutamente necessárias, mas não deviam ser feitas duma maneira obsessiva, pois corriam o risco de se transformar numa patologia qualquer, e não num instrumento para melhorar, ou mesmo ser alternativa nas soluções, até porque a resposta só era importante, quando a pergunta era honesta e pertinente. Disse que o nível de intervenções, que se costumavam ouvir naquela Assembleia Municipal, ia do vulgar e ordinário a outras mais elaboradas, que pelos menos naquele momento se sobrepunham positivamente às anteriores, e eram sem dúvida um avanço civilizacional, pois as palavras eram muitas vezes passivas de várias interpretações, assim como as análises comparativas de realidades diferentes, em contextos diferentes. -----

--- Terminou a intervenção, explicitando que era sempre possível pegar em qualquer coisa, caindo inevitavelmente na vulgaridade, na repetitividade da crítica, mas Alpiarça estava melhor e ia ficar melhor, por isso devida ser reconhecido o mérito justo ao executivo e demais trabalhadores do Município. -----

--- Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas, tendo o mesmo começado por responder ao senhor Deputado Municipal Rodolfo Colhe, esclarecendo que a Câmara Municipal procurava ter atividades o mais diversificado possível, de forma a chegar à população mais jovem do Concelho, tendo em conta também que os gostos eram diferenciados consoante a faixa etária e por isso, ao longo do ano tinha havido a oportunidade de divulgar um conjunto vasto de iniciativas com esse objetivo de âmbito cultural, desportivo, social, recreativo, que podiam ser discutíveis relativamente à qualidade e à quantidade, mas havia esse conjunto de iniciativas previstas e realizadas nesse âmbito, embora fosse evidente que a permanência dos jovens num determinado território, não se prendia exclusivamente ou maioritariamente, com as atividades municipais que eram realizadas, já que havia um conjunto vastíssimo de fatores que contribuíam para a fixação das populações, nomeadamente, a população mais jovem.-----

--- Quanto à Alpiagra 2019, concordou que de facto tinha sido uma das melhores Alpiagras de sempre, sendo um investimento coletivo dos Alpiarcenses, havia já trinta e seis ou trinta e sete anos, e era um investimento que tinha tido sucesso e bons resultados, que afirmava o Concelho, a atividade económica, desportiva, cultural e social e que era também um local de encontro entre as pessoas, de festa, de diversão, sendo a festa mais importante do Concelho. Salientou que todas as Alpiagras tinha cumprindo o seu papel, mas a de 2019 tinha sido muito relevante, pela intensidade, pela participação, pela permanência dos jovens

não só de Alpiarça, mas de toda a região que a tinham visitado, que se tinham divertido até mais tarde e portanto, tinha sido um momento importante de realização dos Alpiarçenses. -----

--- Explicou que o reconhecimento às empresas do Concelho naqueles moldes, era o segundo ano que se realizava e iam procurar continuar a destacar as empresas no âmbito agrícola, comercial, agro-industrial e eventualmente nos anos seguintes, passariam também para a promoção na área da restauração e do turismo, porque era justo e também fazia parte do objetivo geral de promoção e desenvolvimento económico do Concelho. Sobre as obras no Mercado Municipal, informou que o prazo que tinha sido contratualizado era de cento e oitenta dias e com base no cumprimento do prazo, do caderno de encargos, do plano de obra, a Câmara Municipal iria intervir e iria procurar que fosse cumprido, que a obra estivesse terminada e pronta a servir a população nos prazos devidos. -----

--- Quanto à intervenção que estava a ser realizada no espaço entre os Bombeiros Municipais e o Jardim Municipal, que era para a futura instalação duma unidade do “Continente – Bom Dia” do grupo Sonae, explicou que o processo não estava a ser desenvolvido diretamente pela Sonae, mas por uma empresa contratada para o efeito, como aliás era prática da Sonae, pelo que era essa empresa que iria contratualizar os serviços e a disponibilização do espaço e dos equipamentos com a Sonae, mas ainda não havia qualquer operação concretizada, a não ser a demolição do que estava construído e por sinal bastante degradado, sendo que a única intervenção da Câmara Municipal naquele momento e no âmbito das competências que estavam delegadas no executivo municipal, tinha sido o licenciamento das operações de demolição, e a próxima fase do processo seria a alteração do loteamento que estava para ali previsto, naquela faixa frontal e paralela ao Bombeiros Municipais, que se destinava à construção de moradias unifamiliares e portanto, tinha que haver uma alteração ao loteamento para a implantação do espaço comercial, mas eram questões que iriam ser levadas à Câmara Municipal muito brevemente, eventualmente numa reunião extraordinária, tendo em conta a urgência da situação. -----

--- Explicou que a intervenção previa a instalação duma loja, previa estacionamento, que também serviria a população da Vila e previa a cedência duma parcela de terreno para espaço público, que seria ajardinado e faria a continuação do Jardim Municipal, contribuindo assim para a imagem urbana do Concelho, numa zona que se estava a degradar havia já alguns anos. Disse que havia contactos, havia conversas, pelo que se a Assembleia Municipal tivesse propostas de contrapartidas a colocar, agradecia que as fizessem chegar, para poderem ser eventualmente discutidas nos contactos que se estavam a manter com os promotores, com a empresa que no âmbito da imobiliária e da construção civil estava a desenvolver todo o processo, sendo que o relacionamento comercial entre a empresa e o Continente/Sonae, era algo que não estava diretamente relacionado com a Autarquia. -----

--- Quanto aos atos de vandalismo, referiu que eram situações que pontualmente aconteciam a sinais de trânsito, a caixotes do lixo, a luzes e a espaços públicos que eram vandalizados, sendo que a zona da Biblioteca tinha sido alvo de alguns desses atos menos bem intencionados, tal como a zona do Complexo Desportivo, mas não atribuíam aquilo a nenhuma razão em especial, nem consideravam que fosse algo de muito extraordinário, sendo situações que normalmente eram reportadas às autoridades, procurando-se

também repor a normalidade, no que respeitava à utilização dos equipamentos logo que possível e quando possível, o que por vezes não era fácil. No que respeitava à morte de peixes, salientou que de facto tinham tido conhecimento da situação, mas não entendiam tratar-se de qualquer ato de vandalismo, embora não se soubesse o que é que se tinha passado relativamente àquele incidente, bem como a um outro que tinham acompanhado, nomeadamente, a morte de peixes numa lagoa no Paúl da Goux, que não era propriedade do Município, mas sim da Quinta da Goux e Atela, e os factos tinham sido reportados às autoridades, o proprietário tinha acompanhado o processo e tinha retirado os peixes com o apoio da Câmara Municipal em termos de meios, já que se tratava duma questão de saúde pública, e por isso os Bombeiros Municipais tinham auxiliado, com um barco, os trabalhadores da empresa do proprietário na retirada dos peixes. -----

---Sobre o Festival do Melão, que se tinha realizado no final do mês de julho, concordou com as afirmações do senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro e com a avaliação que o mesmo tinha feito do evento, que tinha sido muito participado, até porque tinha havido alguma divulgação a nível da comunicação social, inclusive na televisão, não com o tal programa da RTP que noutros anos se tinha realizado, mas tinha havido divulgação e muita participação, muita procura por parte dos expositores, da restauração, dos bares e por isso, mais uma vez, o Festival do Melão tinha cumprido os objetivos de valorização da economia local e da promoção do melão e melância de Alpiarça, dos produtores naquilo que era a quota-parte que a Autarquia tinha em todo o processo, que era também ele muito mais vasto e estava condicionado por um conjunto de outros fatores, concretamente naquela área de atividade produtiva.-----

--- Disse que não tinha ali a documentação relativa ao Mercado Municipal, mas já tinha sido dito duma forma clara qual era a intenção quanto ao espaço, que aliás não enquadra nada de especial ou de extraordinário, pois pretendia-se em primeiro lugar recuperar o edificado, por razões de imagem urbana, de enquadramento, de melhoria duma via muito importante, que era a Rua José Relvas, a Estrada Nacional 118 e também o Largo Dr. José António Simões, criando melhores condições para todos os frequentadores do Mercado, para os lojistas, os vendedores, os consumidores, os utentes e em simultâneo, permitindo melhores condições para uma utilização de âmbito social, cultural duma parte do Mercado Municipal, o que também não era novidade, já que a Câmara Municipal realizava atividades daquele âmbito no Mercado, havia algum tempo, embora em condições mais deficitárias, pelo que a intervenção que se iria desenrolar, permitia a criação de espaços para música, para exposições, para iniciativas abertas à população no Mercado. -----

--- Relembrou que a parte das galerias situadas no primeiro piso, não iria sofrer intervenções no âmbito daquele projeto, pois o valor que tinha sido possível mobilizar não era suficiente para tal, já que os municípios de menor dimensão tinham sido altamente penalizados, naquele quadro comunitário no âmbito da regeneração urbana. Explicou que iria haver uma reprogramação do quadro comunitário, um acrescento de verba para o PARU de cada um dos municípios, que seria distribuída numa parte de forma igualitária por todos os municípios, e depois tinha uma variável que estava relacionada com o mérito de cada proposta, de cada candidatura e a Câmara Municipal estava a pensar, e já tinha transmitido essa intenção à CCDR

Alentejo, em utilizar a verba para uma segunda fase de regeneração do Mercado, onde se incluíam as galerias e todo o espaço público envolvente ao Mercado Municipal de Alpiarça. -----

- Quanto à questão sobre o tempo de resposta a um pedido de informação prévia para a alteração de utilização, disse que não tinha presente qual era o prazo e não tinha a certeza a que situação o senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, eventualmente, se estaria a referir, mas depois informaria sobre isso noutra âmbito. Sobre a análise que o senhor Deputado Municipal Júlio Pratas tinha feito, em relação à evolução comportamental da Assembleia Municipal e de todos os seus membros, comparando com o período anterior, concordou que de facto a esse nível, ou seja, ao nível do respeito mútuo e da qualidade de intervenção, da civilidade, os períodos anteriores tinham deixado muito a desejar. -----

--- Terminou, valorizando o papel e a colaboração da Junta de Freguesia nas atividades da Câmara Municipal, nomeadamente, na realização do Festival e da Alpiagra, bem como nas demais atividades realizadas ao longo do ano. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Vereador Carlos Pereira, que disse ter ficado bastante satisfeito pelos parabéns dados ao executivo municipal pelo senhor Deputado Municipal Rodolfo Colhe, sobre a introdução dos copos reutilizáveis na Alpiagra, embora tivesse que esclarecer que na Assembleia Municipal de Junho, quando o mesmo tinha falado sobre o assunto dos copos, os mesmos já estavam encomendados para o Festival do Melão, mas ainda assim, era bom que o senhor Deputado Municipal concordasse com aquela opção tomada pela Câmara Municipal. Quanto à questão da recolha dos lixos indiferenciados, reconheceu que também já tinha notado que nalguns pontos o papelão e o plástico ficavam acumulados, e por isso já tinham contactado por várias vezes a Ecoléziria no sentido de resolverem a situação, mas verificava-se da parte da empresa alguma dificuldade em corresponder à recolha, quer do plástico, quer do papelão e do vidro, e como tal, sempre que se verificava alguma acumulação junto desses contentores, ou quando existia papel ou plástico no chão, a Câmara Municipal fazia essa recolha e levava para a Zona Industrial, para depois a empresa ir lá buscar, pelo que o papel e o plástico acabavam por ter o destino correto. -----

--- Quanto à questão dos cartazes, informou que também já tinha dado conta da situação, mas no período antes e durante a Alpiagra tinha sido bastante difícil responder a todas as necessidades, embora já tivessem sido entretanto enviadas para a gráfica, novas imagens para serem colocadas, pelo que talvez durante a semana seguinte os cartazes novos fossem colocados, aproveitando-se para retirar os antigos. De seguida, e em resposta ao senhor Deputado Municipal Armindo Batata, informou que o valor orçamentado para a Alpiagra era de 126.490,39 euros, já com IVA, tendo a receita atingido o valor de 34.360,80 euros, que não ia abater ao valor da despesa, mas se abatesse a despesa real seria de 92. 129,59 euros. -----

--- Sobre a requisição no valor de 3.800 euros, disse que não sabia a que período se reportava, porque ao longo do ano tinham sido feitas várias requisições, e aquilo acontecia sempre que um dos veículos da recolha do lixo da Autarquia se avariava e tinha que ser feita a sua substituição, através do aluguer duma viatura durante um determinado período de tempo. Informou que na semana seguinte, iriam ser colocadas no Concelho, em sítios onde por hábito existia muito lixo à volta dos contentores, seis lonas com mensagens a chamar a atenção para a importância da separação do lixo, para a existência do serviço de recolha de

monos, com os contactos e ia também ser feita uma distribuição de flyers, que chegaria por correio à casa de todos os Alpiarçenses. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início a uma segunda ronda de intervenções, dando a palavra ao senhor Deputado Municipal Rodolfo Colhe, que em relação à questão dos copos reutilizáveis disse ter ficado satisfeito, mas ainda assim tinha percebido que alguns expositores tinham utilizado outros copos de plástico, e como tal essa era uma questão a rever, mas que não diminuía a ideia e a boa intenção. Salientou que caso o Conselho Municipal de Juventude existisse, poderia dar uma grande ajuda para se perceber se, de facto, as iniciativas dirigidas à juventude eram ou não suficientes, pois entendia que quando se falava em atividades indicadas para os jovens, não se devia pensar só em festas e arraiais, mas também em sessões explicativas, nomeadamente, sobre os programas de rendimento jovem e outras iniciativas que podiam ajudar de facto a fixar os jovens em Alpiarça permanentemente, porque o outro tipo de atividades podia não contribuir para a fixação permanente de jovens em Alpiarça. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, dizendo que tinha retido a informação do senhor Presidente da Câmara Municipal, relativamente ao pedido de informação sobre a alteração de utilização, e lamentava ter-lhe levado o assunto naquele âmbito, mas estava a falar dum pedido que tinha entrado no dia sete de junho, com pedido de reforço de informação por escrito, nos dias vinte e nove de julho e cinco de setembro e com um pedido de informação telefónico, onde lhe tinham dito que o processo estava despachado para assinatura do senhor Presidente da Câmara Municipal. Explicou que o artigo 110.º do Regulamento Jurídico de Urbanização e Edificação referia o prazo de quinze dias para ser dada resposta, e apesar de aceitar a explicação ali dada, entendia que convinha informar atempadamente quem apresentava os pedidos. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que em relação ao Conselho Municipal de Juventude frisou que já tinham tido oportunidade de falar sobre o assunto, e que estava consciente de que entre outros aspetos, aquele conselho podia assumir o papel ali referido, mas isso não significava que as atribuições não pudessem ser cumpridas doutra forma, diretamente pelo Município e por outras formas de organização da juventude, até porque por vezes o problema não tinha a ver com o surgimento de propostas, de ideias, de sugestões, mas antes com condições objetivas para as realizar. Terminou respondendo ao senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, sobre o pedido de informação e dizendo que a resposta seria brevemente expedida, juntamente com explicação do eventual atraso da mesma.-----

--- **Ordem do dia** -----

--- **Ponto 1 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. Para conhecimento.** -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que começou por dar nota da situação financeira do Município, dizendo que desde a Assembleia Municipal de Junho, tinha havido uma diminuição muito acentuada da dívida, do endividamento municipal, da dívida total do Município em cerca de setecentos mil euros, e relativamente à situação encontrada nas contas de 2009, uma diminuição de quase

sete milhões de euros, o que era um aspeto muito significativo e que revelava o esforço financeiro que estava a ser feito de amortização de dívida e tudo aquilo que o mesmo acabava por depois representar, em termos de capacidade de realização de investimento por parte do Município.-----

---Em relação às atividades, destacou um conjunto de eventos, alguns virados para a juventude e outros para a população em geral, realizados ao longo do período de verão, que por norma era um período com menos atividade no Concelho, mas durante o qual tinham decorrido as festas populares, nomeadamente, a festa da Gouxaria, a festa do Casalinho, as várias iniciativas da Junta de Freguesia do projeto “Há Festa na Minha Rua”, com as quais a Câmara Municipal acabava por colaborar, e também algumas festas ligadas à juventude, o cinema para os mais idosos, o cinema ao ar livre, o festival Street Food, a passagem da Volta a Portugal em bicicleta pelo Concelho, as atividades da Biblioteca, da Casa dos Patudos, as férias desportivas ou férias em aventura, o ATL e a CAF. -----

--- Informou que tinha sido assinado, no dia 30 de julho, o acordo de colaboração para a requalificação global da escola EB 2,3 José Relvas, com a senhora Secretária de Estado Adjunta de Educação, o qual ia permitir iniciar uma parte do trabalho que ainda faltava fazer, e que pelo acordo cabia à Câmara Municipal, e que tinha a ver com os projetos de especialidades e depois com a preparação e entrega da candidatura e a abertura do concurso para a operação de recuperação da escola. Deu nota que no mesmo dia, tinha sido assinado em Lisboa, um protocolo para a recuperação do canil municipal, que tinha contado com a presença dos senhores Secretários de Estado da Agricultura e das Autarquias Locais, sendo que à Câmara Municipal cabia uma comparticipação de cinquenta mil euros, para a recuperação do edifício do canil. -----

--- Disse, também, que tinha havido alguma indefinição por parte da CIMLT na definição da localização do canil intermunicipal, tinham havido problemas de âmbito urbanístico, ou de conformidade com os instrumentos de gestão urbanística nos municípios onde já tinha estado prevista a instalação do canil intermunicipal, nomeadamente, em Santarém e na Chamusca, e estavam ainda à procura duma localização.

--- Informou que tinha decorrido uma reunião com a Administração dos CTT, no dia três de Setembro, no sentido de procurar perceber quais os procedimentos que iriam ter que decorrer, para a reabertura da estação dos CTT em Alpiarça, que tinha sido anunciada pela nova Administração dos CTT e também perceber qual era o envolvimento que pretendiam da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia no processo. Disse que tinha sido assegurado, mais uma vez, que iria ocorrer a reabertura de trinta e três estações, em concelhos que tinham ficado sem uma estação diretamente gerida pelos CTT, naquele processo de dois mil e dezoito e que havia uma ou duas, que talvez ainda abrisse naquele ano e isso tinha a ver com questões orçamentais da empresa, bem como com questões contratuais com as entidades que tinham ficado a prestar o serviço nos concelhos, mas durante o ano de dois mil e vinte todas as restantes iriam reabrir, tendo ficado agendada nova reunião para ser definida uma calendarização para a reabertura da estação dos CTT em Alpiarça.-----

--- Deu, ainda, conhecimento que tinha sido assinado um protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal e a APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, no âmbito dum processo que se tinha iniciado na Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, numa reunião onde todos os municípios e a APAV

tinham decidido estabelecer uma forma de colaboração no atendimento a vítimas de crimes de vária ordem, em cada um dos concelhos e na sequência desse protocolo, tínhamos a presença de técnicos da APAV, uma vez por semana no Concelho, no espaço do Lavadouro da Junta de Freguesia, onde por protocolo também já tinha sido instalada a CPCJ. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Armindo Batata, que solicitou um esclarecimento sobre o mapa da situação financeira, de vinte e quatro de junho a vinte de setembro, no qual se verificava um aumento de receitas de dois milhões cento e quarenta e um mil euros, dos quais 30% tinham sido utilizados para reduzir a dívida, e a diferença da dívida entre junho e setembro era de seiscentos e noventa e três mil euros, portanto, daqueles dois milhões de aumento de receitas, 30% foram utilizados para reduzir a dívida, pelo que quando se afirmava tanta vez e com justeza, que era a dívida que estava a impedir o desenvolvimento do Município, verificava que daqueles dois milhões e cem mil euros, só 30% é que tinham sido utilizados para pagar a dívida, pelo que gostava de perceber o porquê dessa situação. Continuou, dizendo que julgava que ninguém tinha dúvida que a abertura do posto dos correios tinha trazido melhorias à população, como por exemplo, ter passado a ser possível levantar os registos aos sábados, ter um posto de CTT aberto até às dezanove horas, pelo que questionava se nas reuniões tidas com a Administração dos CTT tinha sido reivindicada a manutenção daquele horário tão útil à população.-----

--- Interveio a senhora Deputada Municipal Graciete Brito, para solicitar esclarecimentos sobre o projeto de requalificação da escola EB 2, 3 José Relvas, nomeadamente, se já havia alguma previsão do início das obras ou não, bem como sobre o que efetivamente é que ia ser intervencionado, porque já tinha ouvido várias versões, uma das quais que era a construção dum novo bloco, que não passaria pela reabilitação dos blocos existentes, pelo que gostava de saber se já havia algum projeto global e se esse projeto global era da Autarquia ou do Ministério da Educação.-----

--- Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas e em relação à escola, disse que já tinha sido anunciado na Câmara Municipal, na Assembleia Municipal e também publicamente em comunicação do Município, o essencial sobre aquilo que se pretendia fazer na escola, mas depois havia a contaminação do que era a realidade. Frisou que já tinha sido dito várias vezes, que o projeto de arquitetura tinha sido realizado pelo Ministério da Educação, pela DGESTE, com a participação do Município e da Direção da Escola, ou seja, com a colaboração da senhora Diretora do Agrupamento e com os serviços técnicos do Município. -----

--- Informou que tinham sido realizadas várias reuniões, para discutir aquilo que se pretendia fazer, o que se pretendia requalificar, tendo em conta o montante disponível e as necessidades que a escola apresentava, e era evidente que a principal razão de ser daquela operação era a de requalificar o existente, que necessitava de ser requalificado, pelo que toda a escola ia sofrer intervenção, todo o edificado da escola ia ter intervenção ao nível das coberturas, da caixilharia, das janelas, dos vidros, das portas, do piso, das paredes, ou seja, intervenções a vários níveis daquele género, sendo que no espaço exterior a intervenção seria mais minimalista, mas também iria ocorrer no campo de jogos e nos balneários antigos, estando ainda prevista a construção dum novo bloco, que albergaria uma biblioteca, um auditório e a chamada sala do futuro, sendo

um bloco relativamente mais pequeno do que os outros, mas que seria construído de raiz. -----

--- Continuou a intervenção, dizendo que considerar que o endividamento não tinha um peso muito excessivo no orçamento da Câmara Municipal, era desvirtuar a realidade e isso era algo que não conseguia compreender, porque apesar de terem acabado por conseguir atingir uma situação relativamente mais favorável, o endividamento continuava a ter um peso que estrangulava grande parte da atividade do Município, sendo que pagar seiscentos e noventa mil euros em três meses num Município como Alpiarça, limitava naturalmente a atuação, porque não se tratava da Câmara de Lisboa, nem de Loures, nem de Viseu, mas sim de Alpiarça, que tinha um orçamento de oito milhões de euros, sendo que com a verba de seiscentos e noventa mil euros, que tinha sido paga aos bancos naquele período, tinha sido possível, por exemplo, alcatroar algumas estradas. Em relação à questão dos CTT, explicou que o que se pretendia era reabrir os CTT no Concelho, e era isso que tinham estado a negociar, a discutir, a exigir, que era a reabertura da estação, porque não lhe parecia que a população estivesse melhor servida, pois não estava servida como devia estar, que era com a presença dos CTT, cumprindo o princípio da universalidade do serviço, com a presença em todo o território nacional em condições de igualdade para as populações. -----

--- Terminou, dizendo que em Alpiarça se aplicaria o modelo de horários que os CTT entendessem ser justo, para o tipo de população, de utente que tinham, e que certamente seria o mesmo horário dos outros municípios, dos outros concelhos.-----

--- **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----

--- **Ponto 2 - Apreciação e votação da Proposta de Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água. Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta.** -----

--- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal, para explicar que estava ali em discussão o regulamento do serviço de abastecimento público de água, que era um serviço prestado no Concelho pelas Águas do Ribatejo, sendo que o regulamento tinha merecido o parecer favorável vinculativo da entidade reguladora ERSAR e estava ali para ser aprovado e remetido à Assembleia Geral das Águas do Ribatejo, tendo sido já aprovado por unanimidade na Câmara Municipal. -----

--- Pediu a palavra a senhora Deputada Municipal Graciete Brito, frisando que não tinha compreendido porque é que aquele regulamento só revogava o anterior regulamento de Torres Novas, como se verificava no artigo 100.º, uma vez que, por norma os novos regulamentos procediam à revogação do que estava estabelecido anteriormente, mas isso ali não se verificava e talvez tivesse sido um lapso, pelo que solicitava esclarecimentos sobre a situação. -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o regulamento revogava o anterior e que devia tratar-se de algum lapso. -----

--- O senhor Deputado Municipal Armindo Batata pediu a palavra para questionar, se durante a consulta pública tinha havido alguma observação da parte de algum munícipe de Alpiarça. -----

--- Em resposta, o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que não tinha conhecimento de nenhuma participação em sede de consulta pública. -----

--- **Deliberação: Aprovado por unanimidade.**-----

--- Ponto 3 - Apreciação e votação da Proposta de Regulamento do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas. Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta. -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que as considerações sobre aquele regulamento eram idênticas às do regulamento anterior. -----

Aprovado por unanimidade.-----

--- Ponto 4 - Apreciação e votação da Proposta - Modificação ao Orçamento/revisão N.º 2 - Modificação às G.O.P./Revisão N.º 2 - Ano de 2019. Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Vereador João Arraiolos, que explicou que aquela era a revisão nº 2 apresentada naquela Assembleia Municipal, e tinha a ver essencialmente com a aprovação da candidatura do CRO - Centro Recolha Oficial, ou seja, do canil municipal, sendo que para o Município de Alpiarça tinha sido aprovado um apoio no valor de cinquenta mil euros, que se ia refletir na despesa e na receita, pelo que era necessário proceder à revisão orçamental em causa. -----

--- Deliberação: Aprovado por unanimidade.-----

--- Ponto 5 - Apreciação e votação da Proposta - 2ª Alteração ao Mapa de Pessoal do Ano de 2019. Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos explicou que aquela segunda alteração do mapa do pessoal, tinha como razão única e principal a publicação do Decreto-Lei n.º 86/2019 de 2 de julho, que tinha determinado a aplicação aos Bombeiros Municipais da categoria e das remunerações previstas para Bombeiros Sapadores, sendo que os Bombeiros Municipais passavam automaticamente à categoria de Bombeiro Sapador e os assistentes operacionais e assistentes técnicos, a desempenhar funções de Bombeiros também podiam passar, mediante a realização de procedimentos concursais e daí haver a necessidade da criação daqueles postos de trabalho, por determinação da lei. -----

--- Deliberação: Aprovado por unanimidade.-----

--- Ponto 6 - Apreciação e votação da Proposta Referente ao Projeto de Revisão Extraordinária Intercalar da Trajetória Tarifária do Contrato de Gestão Delegada Outorgado pela RESIURB e pela Ecoléziria e ao Procedimento de Autorização de Despesa e de Compromisso Plurianual. Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta. -----

---O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu, que no essencial a relação de ser daquela proposta de alteração do contrato de gestão delegada, de adenda ao contrato de gestão delegada, tinha a ver com o aumento dos custos da deposição de resíduos sólidos urbanos para tratamento na Resitejo, uma vez que, a Ecoléziria estava em processo de encerramento do aterro da Raposa, havia já algum tempo e estava a depositar o lixo na Resitejo, na Carregueira, sendo que recentemente a Resitejo tinha aumentado a tarifa, e isso colocava em causa os valores constantes do estudo de viabilidade económica e financeira, que tinha originado o contrato de gestão delegada, portanto iria onerar no período de cinco anos a trajetória tarifária que estava definida. Disse que a questão tinha sido colocada à ERSAR, se teriam ou não que alterar o estudo de viabilidade económica e financeira e o contrato de gestão delegada, tendo a ERSAR dado aval para aquilo

que era a intenção da Resiurb e que estava ali a ser apresentado, que era a autorização para alterar o contrato de gestão delegada, através duma adenda que corrigia os valores que os municípios tinham a pagar ao longo daqueles cinco anos para a deposição e o tratamento dos lixos. -----

--- O senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu interveio, salientando que em sua opinião havia ali uma questão de fundo que se levantava, que era a de saber como é que estavam a equacionar aquela matéria em termos de futuro, até porque a própria ERSAR chamava a atenção para isso, frisando a elevada dependência da Ecolezíria relativamente à Resitejo. Continuou, dizendo que se verificava ali uma emergência dos municípios, no sentido de ponderarem o assunto relativamente ao futuro, em termos do tratamento de resíduos, ou seja, o que é que iriam fazer no futuro, em relação àquela matéria. -----

--- Pediu a palavra o senhor Deputado Municipal Armindo Batata, para referir que a sua questão era precisamente a mesma, ou seja, quando é que acabava a dependência que estava a ser imposta, quando é que acabava a dependência da Ecolezíria em relação à Resitejo, dizendo ainda que gostava também que lhe confirmassem se os valores que tinham sido aprovados ali em fevereiro, não era agravados e se na verdade iria haver uma descida como ali se dizia.-----

--- Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas, tendo o mesmo referido que a dependência da Ecolezíria, relativamente a um sistema ao nível da deposição e do tratamento do resíduos, qualquer que fosse, só acabava quando a empresa tivesse uma célula própria, como tinha tido até há cerca de dois anos atrás, mas o período de vida útil do aterro da Raposa tinha atingido o limite, a quantidade de resíduos lá depositados também e isso tinha determinado o seu encerramento, e como tal, não tendo a Ecolezíria construído uma nova célula, como estava previsto para aquela zona da Raposa, nem em qualquer outra da área de abrangência da empresa e dos municípios que a compunham, havia necessidade do lixo ser depositado noutra local, já que o mesmo não podia ficar à porta das pessoas, tinha que ser tratado e isso obrigava a que a Ecolezíria tivesse que encontrar uma solução alternativa, que tinha passado pela Resitejo, no início com valores relativamente semelhantes àqueles que eram gastos com o tratamento na Raposa. Continuou a intervenção, explicando que a própria Resitejo estava num processo de alteração em termos estratégicos, e tinha subido a tarifa a cobrar aos municípios e com isso tinha criado aquela situação, mas também era necessário ter presente que a própria deposição e o tratamento nos termos em que era feito, quer como era feito na Raposa, quer como era feito na Resitejo, na Chamusca, estava a ser cada vez mais onerada pelas taxas de gestão de resíduos, que eram cada vez mais pesadas e penalizavam aqueles sistemas tecnologicamente menos avançados, pelo que se não fosse a Resitejo, teria que ser outra solução e as que foram ponderadas eram mais afastadas territorialmente, pelo que apesar do custo da deposição ser menor, implicava custos acrescidos no transporte. -----

--- Concordou que os municípios estavam numa encruzilhada, a discussão estava a ser feita entre os seis municípios da Resiurb que integrava a Ecolezíria, mas ainda não tinham chegado a uma conclusão, até porque havia ainda a hipótese de criar condições para colocar mais quantidade de resíduos no aterro da Raposa, que não estava selado formalmente e havia estudos que indicavam que ainda poderia acumular mais resíduos, mas era uma situação que se pretendia evitar. Frisou que a construção duma nova célula não

lhe parecia muito provável, e que todos eram muito sensíveis à questão do ambiente, mas depois dificilmente queriam ter um aterro ou um sistema de tratamento à porta de casa, e a Câmara de Almeirim não estava para aí virada, como se costumava dizer, até porque o próprio aterro da Raposa até há bem pouco tempo não estava totalmente legalizado, em parte porque o próprio PDM de Almeirim ainda não acomodava formalmente a existência daquele aterro, nunca tinha sido alterado e portanto Almeirim não ia querer ali concretizar a tal nova célula que estava prevista. -----

--- Mencionou que existia, por parte da ERSAR, uma certa pressão no sentido de fusão de sistemas, de se empurrar para o sistema dos municípios do Médio Tejo que estavam na Resitejo, havia muita pressão nesse sentido, tinham havido contactos a nível da Administração da Ecoléziria e dos municípios associados com a Resitejo, mas ainda não havia uma definição clara e todos os caminhos ainda estavam em aberto, sendo que era um problema complicado que tinham, começando pelos custos e terminando no próprio risco de não terem, por livre iniciativa, a decisão sobre o local ou sobre a gestão do local onde colocariam os resíduos e os tratariam, portanto, não havia uma solução clara. -----

--- **Deliberação: Aprovado por maioria com 9 votos a favor (8 CDU e 1 MUDA) e 5 abstenções (PS).** -----

--- **Ponto 7 - Eleição de um representante da Assembleia Municipal na CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Município de Alpiarça. Para Deliberação.** -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou que, no início do mandato tinham sido eleitos quatro elementos para a Comissão Alargada da CPCJ, o PS tinha indicado dois e a CDU outros dois, mas um dos elementos indicado pelo PS, por motivos profissionais passou a residir fora de Alpiarça, e teve que pedir a renúncia ao cargo para qual tinha sido eleito. Disse que tinha solicitado ao Partido Socialista que indicasse outro nome, para substituir o anterior elemento e o nome indicado foi o da Marta Piscalho, portanto era uma votação, sendo que o “sim” significava que concordavam, o “não” que não concordavam e para abstenção não colocavam cruces nem no sim, nem no não. -----

--- O Partido Socialista indicou o nome, como a CDU indicou o nome do professor Nascimento e da professora Hélia, mas a partir do momento que os mesmos eram eleitos pela Assembleia Municipal, não tinham que prestar contas aos partidos, mas sim à Assembleia Municipal, porque eram pessoas eleitas por tal órgão, eram seus representantes, sendo que também as renúncias e todos outros assuntos, tinham que ser enviados para o Presidente da Assembleia Municipal e não para os próprios partidos a que pertenciam. -

--- **Deliberação: Aprovado com 8 votos a favor, 1 voto contra e 5 abstenções.** -----

--- **Ponto 8 - Apreciação e votação da afetação ao domínio público de uma parcela de terreno com a área de 350 m2, sita na Rua Eng.º Francisco António Vasconcelos Casqueiro - Casalinho – Alpiarça, (inscrito na matriz predial rústica sob o n.º 76, secção 34 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Alpiarça sob a descrição n.º 8182/20101222), para execução de um Parque de Estacionamento Público. Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta.** -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que se tratava do requerimento dum munícipe, que pretendia ceder ao Município para integrar o domínio público municipal, uma parte duma parcela situada numa propriedade do mesmo, onde pretendia vir a construir uma casa. Disse que os serviços não tinham

visto qualquer inconveniente na pretensão, e a proposta tinha sido aprovada na Câmara Municipal por unanimidade. Terminou, referindo que o assunto estava a ser apresentado na Assembleia Municipal, porque era daquele órgãos a competência para aceitar ou não aquele espaço para integrar o domínio público municipal. -----

--- **Deliberação: Aprovado por unanimidade.**-----

--- **Ponto 9 - Apreciação e votação da Proposta de Rejeição das Competências Transferidas pelo Decreto - Lei n.º 116/2019 de 21 de Agosto. Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta.** -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal disse que à semelhança do que tinha vindo a acontecer com outros decretos-lei setoriais, no âmbito da transferência das competências da Administração Central para a Administração Local, a proposta que tinha sido apresentada na Câmara Municipal e tinha sido aprovada por maioria, apontava para a rejeição das competências no âmbito daquele decreto-lei, e a fundamentação era basicamente a mesma que tinha sido usada para as outras competências. Explicou que o Decreto-Lei n.º 116/2019, apontava para a definição do modelo de gestão das áreas protegidas, que concretiza o princípio da participação dos órgãos municipais na respetiva gestão, ao abrigo do previsto na alínea c) do artigo 20.º da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, sendo que no caso no Concelho de Alpiarça, nem sequer havia uma aplicação prática daquele decreto-lei, porque não havia nenhuma área protegida definida como tal, sendo que na região julgava que a única área que tinha aquele estatuto era o Paúl do Boquilobo, situado entre os Concelhos da Golegã e Torres Novas, pelo que essa era uma razão acrescida para não aceitarem aquela transferência de competência.-----

--- **Deliberação: Aprovado por maioria com 8 votos a favor (7 CDU e 1 MUDA) e 5abstencões (PS).** -----

--- Foi apresentada a seguinte declaração de voto pelo senhor Deputado Municipal Armindo Batata: *“Votámos a favor a proposta da Câmara, porque desde início deste processo temos dado nota da nossa posição, sobre a forma algo atabalhoada como este processo de descentralização vem sendo legislado. É urgente estudar e legislar sobre a divisão administrativa do país e não de legislação avulso que acaba por vincar assimetrias locais”.*-----

--- **Ponto 10 - Apresentação, discussão e votação das Propostas de Atas da Assembleia Municipal de Alpiarça realizadas nos dias 13/09/2018, 23/11/2018, 21/12/2018, 28/01/2019, 28/02/2019. Para Deliberação.** -----

--- O senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu pediu a palavra para dizer que estavam a ser propostas para apreciação, discussão e votação, uma série de atas que eram incompreensíveis e chamou a atenção da Mesa, para o facto de ser a Mesa quem tinha a responsabilidade pela apresentação das atas, sendo que em termos de antiguidade, estava ali uma ata com mais de um ano de existência e como tal, era difícil ter uma memória que permitisse apreciar corretamente aquela ata. Disse que tinha tentado começar a corrigir as atas, em termos setoriais, onde era visado nas intervenções e concluiu que algumas coisas eram corrigíveis, mas outras nem sequer se conseguiam entender e podia dar alguns exemplos do que estava a falar, até para perceber se alguém lhe conseguia explicar o que estava escrito, mas no seu

entender não existiam condições para apreciar aquelas atas. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que tinha feito a leitura das atas e tinha corrigido algumas coisas, tinha alterado, até porque duas daquelas atas já tinham ido a uma Assembleia Municipal e na altura tinha sido logo dito que não estavam em condições para serem votadas, pelo que tinham sido retiradas e tinha sido solicitado ao Partido Socialista que fizesse chegar à Mesa as alterações que entendesse pertinentes, sendo que caso não fossem apresentadas sugestões, as atas voltariam à Assembleia Municipal para serem votadas, pelo que como não tinham sido recebidas quaisquer sugestões do Partido Socialista, as atas estavam agora ali para esse efeito. -----

--- Continuou, explicando que as atas não eram uma obra literária, mas procuravam reproduzir aquilo que os senhores Deputados tinham dito, e nem eram uma síntese, eram quase a reprodução integral das intervenções, mas caso não concordassem com o texto, podiam ter apresentado sugestões e não o tinham feito. -----

--- Interveio o senhor Deputado Joaquim Rosa do Céu, para dizer que em sua opinião, aquelas atas envergonhavam o órgão Assembleia Municipal, pois nem se conseguia entender o que estava escrito nas mesmas, pelo que estava a ali a ser proposto que se discutisse e se votasse algo que era inconcebível e envergonhava a Assembleia Municipal. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que retirava as atas, caso o Partido Socialista assumisse o compromisso de apresentar propostas, para serem apreciadas e votadas noutra Assembleia Municipal, pois caso contrário mantinha as atas ali à votação. -----

--- A senhora Deputada Municipal Anabela Costa pediu a palavra para lembrar que noutros tempos, noutras alturas, também a CDU levantava questões sobre o texto das atas e também lhes era proposto fazer alterações, sendo que por vezes faziam alterações ali na própria Assembleia Municipal, faziam sugestões que eram votadas, portanto não percebia qual era a lógica de agora se dizer que só a Mesa era responsável pelas atas, quando na verdade cada um podia dar sugestões para corrigir as atas. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Abel Pedro, para dizer que se o senhor Presidente da Assembleia Municipal assim o entendesse, podia colocar as atas à votação, mas da sua parte iria votar contra, porque não se revia naquele português, pois havia palavras que não existiam, significados que não se compreendiam e como tal, era impossível votar a favor daquelas atas. -----

--- Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, dizendo que tinha tentado corrigir as partes das suas intervenções, mas tinha desistido porque mesmo usando de toda a paciência, não havia correção possível. -----

- Interveio a senhora Deputada Municipal Graciete Brito, para explicar que o que estava em causa não era o conteúdo das atas, mas antes o português, que da forma como estava escrito não era compreensível, porque as atas estavam mal escritas. -----

--- Pediu a palavra o senhor Deputado Municipal Armindo Batata, para questionar se seria razoável que alguns Deputados da Bancada do PS e da CDU, perante as gravações, pudessem fazer a redação final das atas, numa reunião prévia a realizar antes da apresentação das mesmas na Assembleia Municipal. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a intervir, dizendo que retirava as atas para que todos as voltassem a reler e enviassem sugestões, sendo que depois as mesmas seriam novamente apresentadas na Assembleia Municipal para aprovação com tais sugestões. -----

--- Pediu a palavra o senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro, para sugerir que se fizessem as atas como no tempo em que o Dr. Rosa do Céu era Presidente da Câmara Municipal, onde reuniões com quatro e cinco horas eram resumidas em seis, sete e oito páginas e não traduziam aquilo que era dito, não transcreviam, não tinham sequer a ideia daquilo que os Deputados diziam na Assembleia Municipal. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal retirou o ponto da ordem de trabalhos. -----

--- **Ponto 11 - Apresentação, discussão e votação de Recomendações, Moções e Votos, conforme disposto no n.º 2 do Artigo 20.º do Regimento. Para Deliberação.** -----

--- **Não foram apresentadas Recomendações, Moções ou Votos.** -----

--- **PERÍODO DO PÚBLICO** -----

--- Foi dada a palavra ao público, não tendo havido pedidos de intervenção. -----

--- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à 1.ª Secretária senhora Deputada Municipal Liliana Carapinha, para ler a minuta da ata, que foi colocada à discussão e votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal de Alpiarça, eram **00h00m**. -----

--- Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

Presidente Assembleia Municipal Fernando Louro _____

1.ª Secretária Liliana Carapinha _____

2.ª Secretária Fernanda Garnel _____

--- Alpiarça, aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove. -----